



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVII — Nº 047

SEXTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 1982

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Emenda oferecida perante a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 5, de 1982 (CN), que "Altera dispositivos do Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966, que institui o Código Brasileiro do Ar".

PARLAMENTAR

NÚMERO DA EMENDA

Senador Moacyr Dalla

1

EMENDA Nº 1

Acrescente-se um art. 3.º ao Projeto, renumerando-se o atual e os subseqüentes:

"Art. 3.º O § 1.º do art. 47 do Decreto-lei n.º 32, de 18 de novembro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47.

§ 1.º Os aeródromos públicos serão abertos ao tráfego através de processo de homologação ou registro, a cargo da autoridade aeronáutica competente."

Justificação

O objetivo da Emenda é o de, simplesmente, aproveitar a oportunidade das reformulações propostas no presente projeto para introduzir-se uma pequena alteração no § 1.º do art. 47 do Decreto-lei n.º 32, de 18-11-66.

A nova redação que propomos ao dispositivo, estabelecendo processo alternativo para abertura ao tráfego dos aeródromos públicos, visa a agilizar a legalização dos referidos aeródromos, compatibilizando-se, plenamente, com o conjunto das medidas ora propostas.

Sala das Comissões, 5 de maio de 1982. — Senador Moacyr Dalla.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 97.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE MAIO DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADA JÚLIA VIVEIROS — Telex que passou ao Sr. Roberto Marinho, a propósito de procedimento de comediante da TV Globo, ofensivo a S. Ex.ª

DEPUTADO OSVALDO MELO — Regulamentação pelo Senhor Presidente da República do III PROBOR — Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural.

DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA — Palestra do Sr. Roberto Magalhães Melo, proferida no Clube dos Diretores Lojistas de Pernambuco.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Medidas adotadas pelo Ministério do Interior em favor da redução dos juros para aquisição da casa própria. Inclusão da cidade de Caxias do Sul no Programa de Cidade de Porte Médio a ter investimentos assegurados em convênio do Governo Federal e o Banco Mundial.

DEPUTADO FLÁVIO MARCÍLIO — Apelo à Presidência no sentido de que agilize a apreciação de proposta de emenda à Constituição, que restabelece prerrogativas do Congresso Nacional.

DEPUTADO ALVARO VALLE — Condecoração do Governo português ao Dr. Elysio Condé, com a Ordem do Infante D. Henrique, no grau de Comendador.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Considerações sobre declaração do General Octávio Luiz de Resende, de crítica à comparação entre o orçamento militar e o da educação, feita de modo depreciativo.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

*1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição n.º 79/81, que dá nova redação ao § 6.º do art. 21 da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**, após parecer da Comissão Mista.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 98.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE MAIO DE 1982

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO HÉLIO DUQUE — Transcurso do 25º aniversário da Rádio Paiquerê, de Londrina — PR.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se dia 10, segunda-feira, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição n.º 80, de 1981, que acrescenta § 5.º ao art. 62 da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, após parecer oral proferido pelo Sr. Alvaro Valle, em nome da Comissão Mista, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — RETIFICAÇÃO

Ata da 91.ª Sessão Conjunta, realizada em 3-5-82.

EXPEDIENTE

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

MARCOS VIEIRA

Diretor Executivo

FRANCISCO OLÍMPIO PEREIRA MARÇAL

Diretor Industrial

GERALDO FREIRE DE BRITO

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00
 Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2 200 exemplares

ATA DA 97.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE MAIO DE 19824.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA LIMA

AS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles —
 Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Ga-
 briel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz
 Fernando Freire — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio
 Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Dinarte
 Mariz — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena —
 Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante
 — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy
 Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso
 — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ra-
 mos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Amaral Furlan
 — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Henrique Santillo —
 Benedito Canelas — Gastão Müller — Leite Chaves — Lenoir
 Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geral-
 do Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nossier Almeida
 — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; José Fernandes — PDS; Josué de Souza
 — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Vivaldo
 Frota — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader
 Barbalho — PMDB; João Menezes — PMDB; Jorge Arbage —
 PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Nélito Loba-
 to — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PMDB; Epitácio Ca-
 feteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José
 Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Magno Bacelar
 — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira — PDS; Vic-
 tor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PMDB; Correia Lima — PDS; Hugo Napo-
 leão — PDS; João Climaco — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludge-
 ro Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Pinheiro Machado
 — PMDB.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antonio
 Moraes — PMDB; Cesario Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS;
 Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS;
 Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva

— PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB;
 Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linha-
 res — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS;
 Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart
 — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Henrique
 Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Pedro Lucena
 — PMDB; Ronaldo Ferreira Dias — PDS; Vingt Rosado — PDS;
 Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio
 Gomes — PDS; Antônio Mariz — PMDB; Arnaldo Lafayette —
 PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil
 Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PDS; Octacílio Queiroz
 — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Cristina Tavares
 — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB;
 Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos
 de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos
 — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS;
 Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson
 — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo
 Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB;
 Thales Ramalho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo
 Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Costa — PMDB;
 Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Antônio Valadares — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Francis-
 co Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo
 Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PMDB.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos
 Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares —
 PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS;
 Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oli-
 veira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS;
 João Alves — PDS; João Durval — PDS; Jorge Vianna — PMDB;
 José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS;
 Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Mi-
 nahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS;
 Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego
 — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Ba-
 celar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PMDB;
 Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferrago — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PMDB; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PTB; Daniel Silva — PMDB; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PTB; Joel Lima — PMDB; Joel Vivas — PMDB; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PMDB; José Bruno — PMDB; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Mauricio — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PMDB; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PMDB; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Miro Teixeira — PMDB; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PMDB; Pedro Faria — PMDB; Peixoto Filho — PMDB; Péricles Gonçalves — PTB; Rubem Dourado — PMDB; Rubem Medina — PDS; Saranago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PMDB; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Hélio Garcia — PMDB; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bes-sone — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PMDB; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Silvio Abreu Jr. — PMDB; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athié Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PMDB; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glóia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novae — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levv — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Afro Steranini — PDS; Carlos Bezerra — PMDB; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; Leite Schmidt — PMDB; Levy Dias — PDS; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro — PDS.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB;

Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PMDB; Mauricio Fruct — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PTB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PMDB; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Arnaldo Schmitt — PMDB; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Esperidião Amin — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PMDB; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PDS; Nelson Morro — PDS; Nereu Guidi — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Colares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emidio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 408 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A SRA. LÚCIA VIVEIROS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Leio, para que conste dos Anais deste Congresso, cópia do despacho telegráfico que enviei ao Dr. Roberto Marinho, Diretor-Superintendente das Organizações Globo, a respeito do procedimento de um comediante integrante do cast da TV Globo em um dos quadros do programa "Balança Mas Não Cai", onde em uma atitude revanchista se procurou atingir esta parlamentar. Eis o despacho telegráfico, na íntegra:

"Em nome da família Viveiros, e só existe uma família Viveiros no Brasil, venho solicitar a divulgação, na íntegra, deste telegrama a se fazer no próximo programa ou na primeira vez que o mesmo for levado ao ar, pela Direção do "Balança Mas Não Cai", e protestar, pelo pretensão achincalhe a membros da família, através do comediante Lúcio Mauro, personagens Ofélia e Ferdinando, domingo, dia 25 de abril, usando de modo indevido a brilhante TV Globo, superiormente dirigida por Vossa Senhoria, por declarar: "Ofélia tem uma irmã no Pará, burra como a senhora Viveiros". Está claro que, no intuito mesquinho e pobre, de revanchismo, para atingir o Grupo Viveiros que se transformou no Grupo Solidiedade em Defesa do Pará e que embora tenha fundado o extinto MDB paraense, integrou-se agora no PDS apoiando o nome sério de Oziel Carneiro para Governador, contra o candidato do PMDB aliado ao PDS número 2, que coincidentemente é sobrinho do citado comediante e ao qual sempre prestou serviços em campanhas eleitorais no Pará. Nós, do Grupo Viveiros, optamos por um Partido mais alto, chamado Povo Paraense, e lamentamos que o Sr. Lúcio Mauro julgue os outros por si. Saudações da Engenharia Civil e Arquiteta Lúcia Viveiros, Deputada Federal pelo Estado do Pará e Suplente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados."

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Pelo Decreto n.º 87.120, de 23-4-82, publicado no DO de 26 do corrente mês, o Senhor Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, regulamentou o Terceiro Programa de Incen-

tivo à Produção de Borracha Natural — PROBOR III, instituído pelo Decreto n.º 85.929, de 23-4-81, para ser implantado em 12 anos, com 250.000 hectares de seringal de cultivo, possibilitando ao País a auto-suficiência em borracha até o final da década.

O PROBOR III terá atuação prioritária na Amazônia Legal e divide-se em seis subprogramas básicos:

- a) financiamento para a formação de 250.000 hectares de seringais de cultivo;
- b) financiamento para a recuperação de 6.000 hectares de seringais de cultivo;
- c) financiamento para a formação de 27.500.000 tocos enxertados de seringueiras;
- d) financiamento para recuperação de 5.000 colocações de seringais nativos e instalações de 500 miniusinas de beneficiamento de borracha;
- e) financiamento para instalação de 500 miniusinas e quatro usinas de beneficiamento de borracha;
- f) financiamento para a infra-estrutura de 5.000 ha de seringais de cultivo, formados através do PROBOR I.

Há, também seis subprogramas de apoio, objetivando essencialmente, fortalecer os trabalhos de pesquisa, assistência técnica, abastecimento, recursos humanos e formação de mão-de-obra qualificada, assim distribuídos:

- a) ampliação do Programa Nacional de Pesquisa da Seringueira;
- b) ampliação do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural ao PROBOR;
- c) ampliação da atual infra-estrutura botânica com plantio de 900 hectares de viveiros e produção de 19.800.000 tocos enxertados de seringueira;
- d) formação e treinamento de mão-de-obra qualificada, para atendimento das necessidades do setor produtivo;
- e) construção de armazéns e centros de treinamento nas regiões Norte e Nordeste;
- f) implantação de uma estrutura de recursos humanos para administração, acompanhamento e avaliação do PROBOR III.

Como se observa, o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural, nesta sua terceira etapa, referendado por Sua Excelência o Presidente João Baptista Figueiredo, juntamente com os Ministros do Planejamento, da Agricultura, da Indústria e do Comércio e da Fazenda, traz em seu bojo, conteúdo da mais alta expressão para fortalecer a economia nacional, através das conquistas de metas prioritárias no campo da heveicultura pela Superintendência da Borracha, sob a larga visão administrativa e espírito empreendedor do Superintendente José Cezário Menezes de Barros, que apesar das críticas de inconformados e oposicionistas radicais que tentam tapar o sol com a peneira realiza um trabalho digno dos maiores encômios.

Agora, mesmo, ao invés de permanecer em seu gabinete, aqui em Brasília, encontra-se na selva amazônica, em contato direto com os seringueiros e seringalistas, dos mais longínquos municípios do Amazonas, que participam do IV Encontro de Produtores de Borracha Natural, promovido pela SUDHEVEA, com a finalidade de conhecer de perto seus problemas e ouvir suas queixas e reclamações, através de um diálogo franco e aberto que o Superintendente da Borracha faz questão de participar, com risco da própria vida, nas viagens de pequenos aviões, embarcações e carros, adaptados para superar os mais diversos obstáculos nas nossas estradas, pistas de pouso e condições climáticas.

Aí está portanto o trabalho sério de um administrador público, que mercê de sua operosidade e dinamismo que têm marcado a sua trajetória à frente da SUDHEVEA, reúne todas as condições para continuar prestando à Amazônia e ao Brasil, os mais relevantes serviços em prol do desenvolvimento social e econômico do País, através do setor gumífero, e que por essa expressiva razão inúmeras Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas do Brasil, têm lhe outorgado títulos honoríficos de cidadania e de honra ao mérito.

Em função disso e das perspectivas animadoras que o PROBOR III traz para a Amazônia e para o Brasil, queremos nos congratular com Sua Excelência o Presidente da República, e com os Ministros da Agricultura, Indústria e Comércio, Planejamento, Fazenda, e o Conselho Nacional da Borracha, formulando votos de que a Superintendência da Borracha, na pessoa do seu titular José Cezário Menezes de Barros, possa realizar com êxito todos os programas e subprogramas do Terceiro Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural, a fim de que suas metas sejam plenamente atingidas.

A seguir focalizaremos, para constar dos Anais desta Casa, alguns aspectos sobre a política nacional, da borracha, com ênfase para o estímulo da produção de borracha natural.

De julho de 1972 a dezembro de 1981 foram executados o I e II Programas de Incentivo à Produção da Borracha Natural, cujos resultados altamente benéficos, concretizados no aumento da produção de borracha natural e nas áreas plantadas, criaram uma consciência na classe produtora, capaz de acreditar nos Programas, ao mesmo tempo que permitiram superar os problemas normais à implantação de atividades inovadoras. Por outra parte, as instituições envolvidas acumularam experiência suficiente para garantir a continuidade do processo.

A importância do PROBOR I e II foi assumida pelo Governo Federal e Governos Estaduais que prestaram total apoio, através dos órgãos relacionados com o setor gumífero. Esses esforços foram orientados para alcançar o objetivo dos programas, qual seja, reduzir a dependência de importações de borracha natural, que cada vez vinha se agravando, em decorrência dos efeitos combinados da redução da produção nacional e da ampliação da demanda por parte das indústrias consumidoras de borracha. A continuar como estão sendo executados os dois Programas, tudo indica que em 1982 estaremos com cerca de 90,00% de auto-suficiência, uma vez que apenas 10,00% de matéria-prima, cerca de 15.000 t, ainda dependeriam de importações.

A seguir, são mostrados os esforços e resultados alcançados através da execução dos vários subprogramas, projetos e atividades correspondentes aos programas mencionados.

Subprogramas de Financiamentos:

Considerando-se as características do processo de produção e comercialização de borracha natural, as peculiaridades das principais regiões produtoras, bem como a pouca difusão dos conhecimentos relativos ao setor gumífero, tornou-se indispensável a intervenção do Governo no sentido de criar as condições necessárias para o incentivo à produção de borracha natural no País.

Através dos subprogramas de financiamento do PROBOR, a SUDHEVEA vem colocando à disposição dos produtores de borracha natural, recursos financeiros em quantidade e oportunidades convenientes e principalmente em condições favoráveis para a execução dos diversos projetos.

Nos itens seguintes são apresentadas as diversas linhas de financiamento e suas respectivas situações até o exercício de 1981.

Formação de Seringais de Cultivo:

Os primeiros seringais implantados com recursos do PROBOR I, já se encontram em fase inicial de produção.

Foi necessário aplicar medidas saneadoras neste I Programa e cancelar alguns projetos, cujas estimativas de área contratada e de área plantada são inferiores às registradas ao final do exercício de 1980.

As contratações de projetos ao abrigo do PROBOR II — (131.829 ha) ultrapassaram a meta prevista de 120.000 ha. Alguns resultados da execução física merecem destaque:

a) os Estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, lideram em quantidade de área contratada (61%). Rondônia e Acre apresentam o maior número de beneficiários (54%);

b) a área média geral por operação (36,7 ha), continua provando que o Programa está atingindo mais médios e pequenos produtores, evitando concentração de renda. As menores áreas médias são as de Roraima (3,0 ha), Acre, (14,6 ha) e Amapá (15,6 ha); as maiores correspondem ao Maranhão (397 ha), Mato Grosso (114,7 ha) e Pará (77,1 ha);

c) embora a diferença entre a área contratada (131.829 ha) e a área plantada (40.205,7 ha) possa dar a falsa impressão de que o Programa não estaria sendo executado a contento, deve-se considerar que, dado o próprio processo de cultivo, geralmente ocorre uma defasagem de 1 a 2 anos entre a contratação do projeto e o efetivo plantio do seringal. Este fato é decorrência da necessidade de o mutuário preparar área e produzir (ou adquirir suas mudas). Em 1981 foram contratados 45.959 ha que na sua maioria serão implantados a partir de 1983. A área plantada até o final de 1981 — 40.205,7 ha, refere-se portanto a contratações efetuadas em 1979 e apenas a parte das efetuadas em 1980. Comparando com os dados do relatório de 1979, 23.699 ha contratados, até aquele ano, percebemos que a execução dos projetos é normal. Está previsto atingir 70.000 ha plantados até abril/82;

d) as liberações já efetuadas representando cerca de 31% do valor total contratado, estão compatíveis com os parâmetros de execução dos projetos, tendo em conta que além da área plantada existem áreas preparadas e mudas sendo formadas.

Recuperação de seringais de cultivo:

Os resultados de recuperação de seringais, comprovados mediante o aumento de produção de borracha seca no Estado da Bahia: 1977/1987 t 1981/3.116 t, será um argumento decisivo para vencer os fatores restritivos a esta atividade, citados em relatórios anteriores, que ainda persistem. Dos 10.000 ha previstos, apenas foram contratados para recuperação 3.507 ha.

Recuperação e/ou abertura de seringais nativos:

As metas previstas pelo PROBOR I — 10.000 “colocações” — além de terem sido superadas, foram contratadas 13.648 “colocações”, foram também praticamente já liquidadas as operações, conforme os prazos previstos, restando apenas 30 projetos “em ser” com 1.550 “colocações”.

Através do PROBOR II foi contratada a recuperação de 18.800 colocações — 3.800 a mais do programa — cuja execução está em andamento, com reflexos positivos no aumento da produção de borracha natural: 1978/23.700 t; 1979/24.900 t; 1980/27.870 t; 1981/30.257 t.

Viveiristas de mudas de seringueira:

De maneira gradativa, a SUDHEVEA tem estimulado produtores selecionados para que assumam a função de produzir mudas a serem fornecidas aos mutuários com projetos maiores, ficando a SUDHEVEA responsável pelo atendimento aos pequenos produtores.

Os viveiros até dezembro/81, contrataram projetos para a produção de 26.624.000 mudas enxertadas, suficientes para o plantio de aproximadamente 53.000 ha.

Usinas de beneficiamento:

As metas previstas no PROBOR I e II foram plenamente atingidas, encontrando-se as usinas financiadas funcionando normalmente.

Tendo em vista a capacidade operacional das usinas em instalação, e considerando as vantagens de introdução de mini-usinas nas áreas de produção de borracha natural, a SUDHEVEA achou conveniente sustar temporariamente a tramitação de projetos financiamento de novas usinas.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Professor Roberto Magalhães Melo, candidato do PDS de Pernambuco à sucessão estadual, ao proferir palestra no Clube dos Diretores Lojistas, discorreu sobre a interiorização do desenvolvimento e o estímulo à industrialização, com aproveitamento mais efetivo dos recursos naturais e humanos, como base estrutura do seu programa de Governo.

Mostrando claramente ser um profundo conhecedor dos problemas do nosso Estado, fez uma análise histórica e geográfica, dizendo que Pernambuco possui dois terços do seu território localizados no semi-árido, e quase tudo que produz concentra-se na Região metropolitana e Zona da Mata, sofrendo portanto de macrocefalia. Disse, ainda, que este fato é altamente prejudicial a uma ação administrativa e política, precisando ser contornado pela execução de um programa voltado para o aproveitamento dos poucos recursos naturais disponíveis, dos recursos humanos e definição de projetos capazes de interiorizar a industrialização e o desenvolvimento. Reafirmou também, a continuidade dos projetos SUAPE e As Branca, como importantes para a retomada econômica e como resposta positiva ao desenvolvimento do semi-árido, respectivamente.

Referiu ainda o Professor Roberto Magalhães Melo que numa política desenvolvimentista deve-se prestigiar a livre empresa, considerando essencial um maior apoio às micros, pequenas e médias empresas.

Trata-se, sem dúvida, de posições bem definidas, sempre ao seu estilo, que serão transformadas em programas no seu Governo.

Nós, que sempre defendemos a interiorização do ensino, da universidade, da saúde, da industrialização, etc., enfim, do desenvolvimento, sentimo-nos felizes com o ideário de candidato do Professor Roberto Magalhães, almejando que possa ele concretizar-se, e para isso deve alcançar um grande vitória no pleito de 15 de novembro próximo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCONI (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Venho a esta tribuna para congratular-me com duas posições na área do Ministério do Interior, de alta repercussão positiva, uma de âmbito nacional, relacionada com o BNH e a política nacional de financiamento de casas populares. Quero referir-me à redução de juros para financiamento de casas populares na área da classe média e do trabalhador de baixa renda.

Os jornais de hoje noticiam que o Presidente do BNH, José Lopes de Oliveira, anunciou, ontem, a redução de 15% no custo dos financiamentos nessa faixa de classe média e de trabalhador de baixa renda, além da ampliação dos prazos dos financiamentos.

A outra medida a que quero me referir, registrando aqui as minhas congratulações e o meus aplausos ao Ministério do Interior e ao seu titular o Ministro Mário David Andreazza, é a que diz respeito à inclusão da Cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, no Programa Nacional de Cidades de Porte Médio, a terem investimentos assegurados em convênio pelo Governo Federal e o Banco Mundial, para o setor de infra-estrutura urbana e social em zonas carentes. Caxias do Sul, a minha terra, é um pólo de desenvolvimento regional, onde, como sói acontecer em todas as cidades em que a industrialização se faz presente de forma destacada, ocorre graves distorções na exposição urbana e social. Caxias do Sul é uma cidade sede de universidade, que detém liderança econômica, social, cultural e religiosa em toda uma rica e próspera região do nordeste do Rio Grande do Sul, mas onde também prospera o desordenamento urbano, a maloca, a favela falta de saneamento básico, a falta de água tratada, a promiscuidade, os tóxicos, a violência urbana e o crime. No Rio Grande do Sul, é uma das cidades com o mais alto índice de criminalidade. Só este ponto seria suficiente para demonstrar a grave distorção que ocorre naquela cidade, naquela região, onde há um desenvolvimento industrial acentuado mas também, onde paralelamente se desenvolve, desta forma, uma distorção na área social e urbana, consequência, em parte, do próprio êxodo rural e do fato da cidade em se industrializando, transformar-se num atrativo para os migrantes.

Pois bem, Caxias do Sul reivindicou do Sr. Ministro Mário Andreazza, a sua inclusão no Programa Cidades de Porte Médio para investimento com recursos do Governo Federal conveniados com o Banco Mundial e do Governo do Estado junto com a própria Prefeitura, e o Sr. Ministro Mário Andreazza, nosso ilustre conterrâneo, vem de deferir, de atender a reivindicação do CNDU — Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. Caxias do Sul estará incluída na próxima etapa do Programa do Banco Mundial — CNDU — Ministério do Interior — Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para investimentos da ordem de 15 milhões de dólares, e infra-estrutura urbana e social em áreas carentes.

É uma cidade onde todos os problemas a que já referi, e que constituem a grave distorção do panorama da expansão urbana mundial dos dias de hoje, precisam ter correção urgente e imediata, para não se agravando mais tornarem-se insuperáveis.

Na próxima semana, possivelmente, o Sr. Ministro Mário Andreazza estará em Caxias do Sul para assinatura do convênio junto com o Governador José Augusto Amaral de Souza e a Prefeitura Municipal, incluindo também a cidade de Farroupilha e possivelmente também cidade Flores da Cunha, que são satélites de desenvolvimento pólo de Caxias do Sul, convênio esse que vai assegurar a elaboração dos projetos respectivos para o programa de investimentos a que me referi.

Quero, ao fazer este registro, trazer as minhas congratulações e destacar a alta compreensão e o espírito público do Ministro Mário Andreazza e do Governador Amaral de Souza, que bem souberam compreender a necessidade e a oportunidade desse convênio e dessas medidas.

Mas, Sr. Presidente, permita que eu comente rapidamente alguns tópicos do noticiário referente à redução de juros para a casa própria.

Diz o noticiário:

CASA PRÓPRIA COM JUROS MENORES

A partir de hoje, quem comprar casa pelo Sistema Financeiro da Habitação será beneficiado com juros mais baixos e terá maior prazo para amortizar o financiamento. Com isto, bastará ter renda menor e ainda vai desfrutar de outras facilidades, para adquirir a casa própria.

As medidas anunciadas, ontem, pelo Presidente do BNH, José Lopes de Oliveira, ao assinar resolução introduzindo modificações no Sistema Financeiro da Habitação, demonstram que no conjunto haverá redução de até 15,7% no valor das prestações pagas pelos que optarem pela Tabela Price. É que, agora, essa tabela pode ser aplicada até 2.700 UPCs (antes, era 2.250 UPCs).

Segundo Lopes de Oliveira, há dois anos vêm sendo testadas as alterações propostas, por sua equipe técnica, levando-se em conta três aspectos básicos: os problemas da construção civil, o interesse do mutuário e o equilíbrio do sistema.

O QUE MUDOU

Das mudanças, a que atendeu integralmente as aspirações dos empresários trata de imóveis usados, que

segundo o presidente do BNH visa resolver o problema de estocagem, aliviando o mercado. Até 31 de agosto, as entidades do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE — estão autorizadas a conceder financiamentos para aquisição de unidades com mais de 180 dias de habite-se, desde que se enquadrem nas seguintes condições:

Não tenham sido ocupadas, nem alienadas até a data da concessão do financiamento e tenham preço de venda, por metro quadrado de área construída, inferior a 40 UPCs (atualmente Cr\$ 67.325).

Os agentes financeiros foram beneficiados ainda com aumento da faixa de aplicação, nessa área, com recursos próprios: de 25% a 35% nas faixas de até 2.250 UPCs e de 8% para 12% de 3,5 mil UPCs a 5 mil UPCs.

As outras alterações da Tabela Price até 2.700 UPCs: (antes era 2.250); elevação do prazo de financiamento de 1.500 UPCs para 3.500 UPCs; aumento do prazo máximo para o pagamento das prestações em um e dois anos, nas faixas de financiamento entre 1.901 UPCs e 3.500 UPCs; aumento do prazo de amortização para os adquirentes no Programa Promorar, que atinge, no máximo, 300 UPCs (atualmente Cr\$ 504,9 mil) de 20 para 30 anos; adoção da taxa máxima de juros (10%) apenas para financiamentos acima de 2.700 UPCs (antes era 1.500 UPCs), baixando com isso os juros nos financiamentos de cooperativas habitacionais; e a aplicação, pelos agentes financeiros, de 12% dos seus recursos em imóveis entre 3.500 UPCs e 5.000 UPCs (antes eram 10%).

Alterações

A Tabela Price sofreu a terceira, modificação em termos de limite de ampliação, na atual administração. Através desse sistema de amortização, o mutuário tem prestação menor do que em outros sistemas, exigindo a comprovação de renda familiar menor.

Apesar da alteração nos prazos, o limite máximo para financiamento continua sendo de 25 anos, para financiamentos de até 1.500 UPCs (atualmente Cr\$ 2,5 milhões), com exceção dos financiamentos concedidos através do Programa de Erradicação da Subabitação — Promorar —, que atinge no máximo 300 UPCs, e que tem agora prazo máximo de 30 anos.

Explicou o presidente do BNH que sua maior preocupação era favorecer a classe média. Por isso, os juros cobrados a partir de agora vão permitir a redução dos custos, principalmente entre 266 UPCs e 479 UPCs, nas faixas mais baixas, e entre 1.234 UPCs (atualmente Cr\$ 2,076 milhões) e 2.700 UPCs, com maior intensidade de redução entre 1.400 UPCs e 2.100 UPCs. É nesta faixa, esclareceu Lopes de Oliveira, que se concentra parte, substancial dos empreendimentos habitacionais financiados pelo SBPE e estimulados pelo Banco, através do Modelo de Indução, que regula as aplicações dos agentes financeiros que se utilizam de recursos das cadernetas de poupança.

Até ontem, os agentes financeiros só podiam conceder financiamentos superiores a 3.500 UPCs e até 5.000 UPCs em valor equivalente a 8% das aplicações imobiliárias próprias, de valor unitário de até 2.700 UPCs. Agora, esse percentual é de 12% em financiamentos de até 1.350 UPCs para financiar imóveis que comportem financiamentos entre 3.500 UPCs e 5.000 UPCs. Esse percentual varia até 8% dos recursos próprios das aplicações entre 2.250 UPCs e 2.700 UPCs.

Reajuste continua anual

O presidente do BNH, José Lopes de Oliveira, descartou, ontem, a possibilidade da adoção, neste semestre, do reajuste semestral na prestação da casa própria e garantiu que os técnicos do Banco continuam estudando uma fórmula de reduzir o impacto do reajuste da casa própria, previsto para 89% a partir de 1.º de julho. Segundo Lopes de Oliveira, as opções para o pessoal com financiamento acima de 2 mil UPCs (cerca de Cr\$ 3,3 milhões) são: usar o FGTS para pagar as prestações e abater os juros no Imposto de Renda.

Para o pessoal de renda mais baixa, com financiamento até 2 mil UPCs, o BNH terá até 10 de junho uma solução em termos de aumentar o valor do benefício fiscal, reduzindo assim o desembolso para o mutuário, a partir de julho.

Esclareceu o presidente do BNH que nada poderá ser aprovado sem ser testado. Lembrou que existem 80 milhões de contas de FGTS e caderneta de poupança com

correção monetária plena e que a grande preocupação da administração, que gerencia esses recursos, é manter o equilíbrio do sistema. (Última Hora, 6-5-82.)

Como se vê, trata-se de medida positiva, reclamada pela classe média e pelos trabalhadores do Brasil, que é o de ter amenizado o custo de financiamento da casa própria, fundamental para um País como o Brasil, cuja população explode e que deseja implantar e consolidar a democracia. A casa própria é um dos quesitos básicos para a consagração do direito fundamental da pessoa humana, que é o de ter onde morar, o direito de propriedade, o de ter os seus vínculos e as suas raízes, de constituir a sua família, de ter a sua propriedade.

Eis, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, os dois registros e congratulações que desejávamos fazer nesta oportunidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Flávio Marcílio.

O SR. FLÁVIO MARCÍLIO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Meu pronunciamento envolve um apelo a V. Ex.^a e uma reclamação.

Diz o § 1.º do art 32 da Constituição:

“Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável, nem processados, criminalmente, sem prévia licença de sua Câmara.”

O Supremo Tribunal Federal, numa interpretação que eu julgo completamente fora do texto legal, processa parlamentares sem esta licença, sob o fundamento de que não se encontravam no exercício do mandato. Isto, Sr. Presidente, não está no texto legal, ainda mais porque é expressa a Constituição “desde a expedição do diploma”, e o exercício do mandato começa muito depois do início do exercício do mandato. Não discutimos essa interpelação do Supremo Tribunal Federal, ela já está dada e o processo está em curso. Mas o que acontece, Sr. Presidente, é que há tramitando nesta Casa uma emenda constitucional que explicita mais claramente esta prerrogativa dos membros do Poder Legislativo.

Não defendo os atos praticados pelos parlamentares, não defendo esses atos, mas defendo em favor deles o princípio constitucional que existe.

A minha reclamação, o meu apelo é para que V. Ex.^a faça tramitar, com a devida urgência, essa emenda constitucional, que está sendo com um prazo completamente fora do que seria o desejado pela Casa. Porque poderá se dar que quando ela vier a ser votada o processo já tenha sido julgado. É esse o meu apelo a V. Ex.^a (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — A Mesa recebe a ponderação e a reclamação do nobre Deputado Flávio Marcílio, e tomara as devidas providências junto ao Presidente titular da Casa para que sejam envidados esforços no sentido de que a tramitação do projeto das prerrogativas dos Srs. Parlamentares seja acelerado na sua tramitação na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Álvaro Valle.

O SR. ÁLVARO VALLE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É com renovada alegria que volto a esta tribuna para falar daquele que é hoje talvez o melhor se não o único veículo regular de divulgação no exterior, de nossas letras e de nossas artes. Quando aqui estive para lembrar o 30.º aniversário do *Jornal de Letras*, certo estava de representar não só o júbilo de toda esta Casa como de toda a inteligência nacional, conhecedora do grande trabalho desse periódico em prol da nossa cultura.

Desta vez, Sr. Presidente é para mim motivo de particular orgulho, quando vejo o esforço e dedicação de seu diretor tornarem-se oficialmente reconhecidos. O governo português tomou a si a justa forma de homenageá-lo, concedendo ao Dr. Elysio Condé a Ordem do Infante D. Henrique, no grau de Comendador. Esta é uma Ordem nacional portuguesa, não militar, que se destina a distinguir os que houverem prestado serviços relevantes a Portugal, no país e no estrangeiro, e contribuído de modo assinalável para a expansão de sua cultura ou para o conhecimento de sua história e de seus valores.

E outro não tem sido o resultado do trabalho empreendido por Elysio Condé à frente do *Jornal de Letras*, difundindo com brilhantismo e maestria aquilo que de melhor se produz culturalmente na comunidade luso-brasileira.

Freqüentemente assumindo as funções de diretor, escritor, paginador, porteiro, cobrador ou pagador, resistindo a todas as dificuldades, Elysio Condé tornou-se a alma desse jornal, tendo por

recompensa única o reconhecimento de sua luta pela opinião pública.

Fica nesta Casa o registro da justiça com que lhe é outorgada esta insígnia que traz em seu mote a inscrição "Talant de bien faire", resumindo em si mesma a distinção da disponibilidade, da dedicação e do trabalho abnegado de quem a recebe.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Exército exibiu ontem no seu Quartel-General o filme que traz como título "Soldados do Brasil" em que reafirmou seu compromisso com a democracia.

Este, Sr. Presidente, é o tópico do noticiário que se lê no **Correio Braziliense**, edição de hoje, no qual acrescenta "que a lei do Exército é a institucionalização", concluindo por assinalar o reconhecimento da Instituição pelo trabalho dos engenheiros e operários da indústria de material bélico, que com suas exportações ajudam a pagar a conta do petróleo.

Vale destacar, nesta oportunidade, as declarações do General Octávio Luiz de Resende, que, após a exibição do filme, disse que "o advogado da Instituição é o povo", para finalizar com a crítica, aliás bem fundamentada, "à comparação entre o orçamento militar e o da Educação, feita em geral, de maneira depreciativa, e nunca com vistas ao bem do povo".

Com efeito, Sr. Presidente, tem sido freqüente, no Congresso Nacional, a presença de críticas levantando suspeitas sobre a formação democrática das Instituições Militares, quando é público e notório que seus integrantes jamais se afastaram, um só instante, da linha mestra ditada pela Constituição, que as considera guardiãs da Pátria e, como tal, responsáveis pela garantia e a preservação da soberania nacional.

Nos grandes eventos históricos que todos conhecemos, o papel das Forças Armadas foi delineado em defesa dos postulados democráticos, que nunca permitiram fossem vulnerados, nem mesmo quando se instituiu no País o estado autoritário, decorrente do movimento vitorioso de 31 de março de 1964.

O ilustre General Octávio Luiz de Resende, segundo declarações que lhe são atribuídas, foi bastante prático e objetivo, ao dizer "que em determinadas épocas, o problema de segurança ganha uma prioridade, e que o Exército também educa e forma o homem em vários setores profissionais, pois as Forças Armadas, por sua própria natureza, não educam o soldado só para a guerra, mas também para atividades de paz, e orienta sobre seus direitos e deveres".

Na palavra desse ilustre porta-voz do Exército, temos definidos, com clareza meridiana, o porte e a conduta das Instituições Militares no Brasil, o que faz ruir por terra as críticas que, no afã de comprometerem a imagem dos militares, atribuem-lhes conotações depreciativas, que não condizem com os padrões morais, cívicos e patrióticos que são inerentes aos componentes humanos das três Armas.

De outro lado, Sr. Presidente, não compreendemos a conduta dos que criticam os orçamentos militares, quando os gastos anuais com os efetivos dessas Instituições, graças ao grau de responsabilidade dos seus chefes militares, não excedem aos índices estritamente necessários às suas manutenções.

Abro aqui, Sr. Presidente, um parêntese, para encaixar estes dados numéricos que me pareceram da maior significação elucidar aqueles que, de quando em vez, ocupam a tribuna para criticar o "volumoso" gasto que o Orçamento da União destina, anualmente, às instituições militares. No Orçamento da União de 1982 estão previstos, Cr\$ 4.471.970.000.000,00. Destinação específica para cada uma das instituições militares:

Ministério da Aeronáutica, Cr\$ 106.475.480.000,00;
Ministério do Exército Cr\$ 113.529.000.000,00; Ministério da Marinha Cr\$ 96.196.500.000,00. Total:
Cr\$ 316.200.980.000,00.

Ora, Sr. Presidente, um índice percentual, comparativo com o Orçamento da União, que não excede a 0,8%, portanto abaixo de 1%.

Afirmar, como se tem ouvido reiteradas vezes, nesta tribuna, que os militares brasileiros são bem remunerados nos seus soldos e gratificações, não passa de pura heresia ou, do mínimo, de um crasso desconhecimento do problema.

Homens, Sr. Presidente, que se doaram de corpo e alma à vida castrense, nela envelheceram sem conhecer outra realidade que não a de servir à Pátria, passam à reserva, atingidos pela compulsória, e a partir daí começam a enfrentar a dura via crucis, na busca de meios alternativos que possibilitem a complementação do orçamento doméstico, sujeitando-se, na maioria das vezes, a

situações constrangedoras de se socorrerem do mercado de trabalho na atividade pública ou privada.

Tenho sido, Sr. Presidente, um permanente defensor das nossas Forças Armadas neste augusto Parlamento, justamente por não concordar com as críticas descabidas e graciosas, feitas sistematicamente, ora contra o sentimento democrático que predomina nas Instituições Militares, ora apontando gastos como "excessivos" a eles alocados no Orçamento anual da Nação.

A função do Exército, da Marinha e da Aeronáutica já tem sido exaustivamente explicada por seus eminentes Chefes, que são os Ministros Walter Pires, Maximiano Fonseca e Délio Jardim de Mattos.

Não seria preciso repetir, Sr. Presidente, que essa função, ao longo do tempo, jamais se desvinculou dos deveres e compromissos com as instituições democráticas, porque é, no recesso da caserna, onde os homens aprendem a amar à Pátria, e a respeitar os direitos inerentes à pessoa humana.

Além de significativas e oportunas, as considerações do General Octávio Rezende transcendem em importância e objetivo a grande realidade que caracteriza o papel das Instituições Militares na história democrática deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas, neste plenário, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição n.º 80, de 1981, que acrescenta § 5.º ao artigo 62 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 79, de 1981, que dá nova redação ao § 6.º do artigo 21 da Constituição Federal,

— dependendo de Parecer da Comissão Mista.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage, para proferir o parecer.

O SR. JORGE ARBAGE (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Apresentada pelo nobre Deputado Nabor Júnior, com o número necessário de apoio à sua tramitação e as demais cautelas do art. 47 da Constituição, superada, assim, a preliminar da constitucionalidade, a proposta sob nosso exame visa a ampliar a área de imunidade tributária prevista no § 6.º do art. 21 da Constituição, atualmente de vinte e cinco hectares, quando cultivada pelo proprietário e sua família, sem a posse de outro imóvel, para:

- a) cem hectares nas Regiões Norte e Centro-Oeste;
- b) setenta e cinco hectares na Região Nordeste; e
- c) cinquenta hectares nas demais Regiões do País.

Encaminhada a 22 de junho do ano passado, a proposição é anterior ao projeto de lei do Executivo que instituiu, no País, o usucapião especial de terras públicas, facilitado o respectivo processo, quando o posseiro cultivasse aquela área com a família, sem possuir outro bem imóvel.

Visa, como aquele projeto, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, a racionalizar o processo de ampliação da fronteira agrícola brasileira, aproveitado, principalmente, o esforço voluntário do pequeno lavrador, sem condições para adquirir a gleba em que trabalha.

Vale salientar que não há ocupação, nem valorização, nem produtividade uniforme nas diversas regiões do País, enquanto, no Norte e no Centro-Oeste, as condições enfrentadas pelos lavradores são bem mais penosas que no Nordeste — onde ainda há latifúndios — e nas demais regiões do País.

Descrevendo esse aspecto do problema, diz, a certo trecho, a justificação da proposta:

"Observa-se, na situação descrita, uma das distorções gritantes do caminho para o desenvolvimento que se adotou no Brasil. Nas novas áreas de fronteira agrícola vê-se o colono diante de condições de sobrevivência as mais adversas e inusitadas. Tal situação, vale notar, repete-se com traços mais agravados no caso do pequeno produtor que não integra um projeto de colonização e se encontra na área devido quer à migração em épocas pretéritas, quer ao deslocamento mais recente de forma espontânea. Por conseguinte, para enfrentar os desafios lá presentes, o pequeno produtor vê-se desprovido de todo o conjunto de instrumentos de apoio que estão disponí-

veis, por vezes, em condições algo mais favorecidas e abundantes, nas demais regiões do País."

Enquanto isso, apesar do seu esforço pioneiro e porque precisavam de glebas maiores para a sobrevivência, "tem-se verificado a taxaço frequente de terras por eles detidas", prossegue a justificação, salientando:

"O texto constitucional vigente, mantendo princípio já consagrado na Carta de 1967, assegura a não incidência do Imposto Territorial Rural sobre a gleba de terra que não exceda a vinte e cinco hectares, quando o proprietário a cultive só ou com a sua família. As propriedades agrícolas em nosso País mostra-se extremamente diferenciadas quanto à extensão média para fins de tributação, consoante a região do País em que se situam. Exemplo disso pode ser cristalinamente divisado ao consultar-se, a título de exemplo, alguns dos atos que cuidaram de regulamentar a Lei n.º 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que introduziu profundas modificações na sistemática de cálculo do Imposto Territorial Rural."

Lembrada a amplitude de variação dos módulos fiscais fundiários, a partir de então, salienta o ilustre Autor que, com o novo texto, pretende corrigir tais anomalias, "mediante a introdução na Lei Maior de uma diferenciação regional congruente com outra relativa à extensão das glebas rurais sobre as quais incide o Imposto Territorial Rural".

Acrescente-se que a ampliação proposta não apenas distingue as regiões geoeconômicas, para efeito de isenção tributária, mas,

no caso mínimo, amplia de vinte e cinco para cinquenta hectares o módulo protegido pela imunidade fiscal.

Acreditamos que, no mérito, a presente proposta atende a uma realidade nacional inegável, resultando no encorajamento da ocupação das fronteiras agrícolas menos acessíveis, vantajosamente.

A redução na arrecadação do ITR, com a nova redação do § 6.º do art. 21 da Constituição, será altamente compensada não apenas pelos benefícios sociais aos levedores, mas pelo incremento da ampliação de nossa fronteira agrária, tão necessário ao nosso processo de desenvolvimento.

Assim, sem qualquer eiva de inconstitucionalidade e, no mérito, atendendo a um dos mais prementes objetivos nacionais, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 79, de 1981.

É o parecer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — O parecer conclui pela aprovação da proposta.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A proposta de emenda à Constituição exige **quorum** qualificado para deliberação. Sendo evidente a falta de número em plenário, deixa de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 98.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE MAIO DE 1982

4.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JUTAHY MAGALHÃES

AS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Amaral Furlan — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Benedito Canelas — Gastão Müller — Leite Chaves — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Nélito Lobato — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira — PDS; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PMDB; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; João Climaco — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero

Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Pinheiro Machado — PMDB.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PMDB; Ronaldo Ferreira Dias — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PMDB; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PDS; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Antônio Valadares — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares —

PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; João Durval — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferrão — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PTB; Daniel Silva — PMDB; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PTB; Joel Lima — PMDB; Joel Vivas — PMDB; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PMDB; José Bruno — PMDB; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Mauricio — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PMDB; Léo Simões — PDS; Leonidas Sampaio — PMDB; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PMDB; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Miro Teixeira — PMDB; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PMDB; Pedro Faria — PMDB; Peixoto Filho — PMDB; Péricles Gonçalves — PTB; Rubem Dourado — PMDB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PMDB; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Hélio Garcia — PMDB; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bes-sone — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PMDB; Ronan Tito — PMDB; Roseburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Silvío Abreu Jr. — PMDB; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldmann — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PMDB; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasília Calado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saralva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Afro Stefanini — PDS; Carlos Bezerra — PMDB; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; Leite Schimidt — PMDB; Levy Dias — PDS; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro — PDS.

Paraná

Adholpo Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Alvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PTB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PMDB; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Arnaldo Schmitt — PMDB; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Esperidião Amin — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PMDB; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PDS; Nelson Morro — PDS; Nereu Guidi — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebíades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 408 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DUQUE (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Jornalista Sebastião Fernandes, hoje, integrante do Comitê de Imprensa da Câmara é, também, pioneiro da radiofonia neste País. Há 25 anos foi ele o fundador e o estruturador da Rádio Paiquerê, de Londrina.

Essa emissora, que é pioneira em comunicação no norte do Paraná, está a completar 25 anos e o jornal **Folha de Londrina**, de semanas atrás publicou uma matéria ressaltando o que significa, para aquela região do Paraná, esses 25 anos. Peço a V. Ex.^a que considere esse editorial como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HÉLIO DUQUE, EM SEU DISCURSO.

Folha de Londrina, 9-2-82 — Pág. 22

"RADIO PAIQUERÊ, 25 ANOS

Estélio Feldman

A 9 de fevereiro de 1957 foi ao ar, inaugurada oficialmente, a Rádio Paiquerê de Londrina, terceira emissora da cidade. Naquele dia, como é natural, as maiores autoridades do município se faziam presentes. E a Paiquerê,

que havia recebido, na época, o prefixo ZYS-57 iniciava suas atividades com uma boa equipe, formada durante os meses em que a emissora era montada e em que corriam os trâmites para sua inauguração. E apresentava, já no dia da inauguração, um programa movimentado, com a participação de alguns dos seus grandes nomes, gente disposta que tinha uma coisa em comum: amava aquela "criança" que havia ajudado a nascer.

Este amor dos que começaram a história da Paiquerê é que, certamente, deve ser o responsável não apenas por aquele início, mas por toda uma aura de simpatia que surgiu com a Paiquerê e a acompanha até agora. Amor que era, aliás, fundamental, porque naqueles tempos, dinheiro era uma coisa de que se ouvia falar. E, certamente, este amor gerou muitas das histórias que fizeram o começo e o desenvolvimento da emissora.

De alguma delas, fui protagonista ou espectador. E, neste dia, no "Jubileu de Prata" da Paiquerê, abro o baú de recordações e tiro algumas lembranças para, deste modo, festejar com os que hoje fazem a Paiquerê e com os que a fizeram desde antes daquele 9 de fevereiro, os 25 anos do meu "primeiro amor" na vida profissional. Que, de um certo modo, também faz 25 anos, com a Paiquerê.

VÁ A LONDRINA E MONTE UMA RÁDIO

O primeiro gerente da Paiquerê foi Sebastião Fernandes. Jovem, recém-formado, oriundo de Ribeirão Preto, contava-se que ele recebeu de Pedro Worms, diretor-proprietário da Paiquerê, a ordem, lá no Rio: "Vá a Londrina e monte uma rádio". Só a ordem. Dinheiro que era bom, e necessário, nada. E lá veio Sebastião, com a cara e muita coragem, enfrentar o desafio. Partir do zero. Não foi fácil. Pelas alturas de 1956, logo depois de uma geada, não era tarefa fácil montar uma emissora de rádio. Mas Londrina sempre foi uma terra de gente corajosa, dinâmica e de fé. Sebastião tinha isto tudo. Conseguiu, com trabalho, disposição e a ajuda de muita gente, ir levando o barco, arrumou o local, montou a estação. Ele nunca contou quem foi que o ajudou naquela época. Sei apenas, naturalmente, de uma pessoa: meu pai. Ele era gerente de uma casa de móveis e como eu estava na Paiquerê, meu velho Carlos Feldmann deu a mão que pôde para ajudar Sebastião na empreitada.

Como entrei na Paiquerê

Novembro de 1956. Eu estava passando em frente do Cine "Ouro Verde" quando encontrei um funcionário da loja em que meu pai trabalhava: Sebastião Pessoa. Ele perguntou: "Quer trabalhar em rádio?" Como eu não trabalhava em nada e como rádio tinha um atrativo natural, quis saber detalhes: "É que vão instalar uma nova emissora de rádio, em Londrina, e estão precisando de gente". "Mas eu nunca trabalhei em rádio" — retruquei. E Sebastião, que no rádio passou a ser S. Pessoa: "Nem eu, mas vou escrever um programa. Você também pode". Fui, subi pela primeira vez as escadas do prédio da rua Sergipe — entre as ruas Mato Grosso e Duque de Caxias — e conheci Sebastião Fernandes, o gerente, e estava empregado como redator de programas: "Danúbio Azul" programa de valsas; "Jóias musicais", programa de música semiclássica; "Curiosidades musicais", programa variado.

Sebastião pretendia fazer uma programação diferente. Primeiro, e talvez principal, ele não queria programas caipiras. Isto era até um absurdo, na época. As músicas caipiras era mo prato forte das emissoras de rádio. Mas na Paiquerê era proibido. Ele até contratou um trio sertanejo para os programas de auditório, os "Canarinhos do Sertão". Mas os "Canarinhos" não cantariam músicas caipiras. Eram, como ele escreveu numa carta a Pedro Worms, "caipiras recuperados", que só cantariam, na Paiquerê, guarânias e boleros. Outra coisa na programação da Paiquerê: programas montados. É preciso explicar o que isto significava, na época. Ele não queria apenas músicas jogadas no ar, mas algo mais. Cada programa tinha redação. "Danúbio Azul" por exemplo, não tinha só valsas. Tinha de ter texto entre as músicas, texto poético. Era duro e eu antecipei muitos programas enquanto a gente esperava que a rádio entrasse no ar. E não era só eu. Havia Lourdes de Moraes, discotecária, radioatriz e produtora; Osvaldo Dias, jornalista e produtor, responsável inclusive pelo musical com Ted Jones, que cantava aquelas musiquinhas de "cow boy", tão comuns na época; Ney Santos, que fazia um musical semanal, e tantos outros, formando a "equipe de redatores de programa" da futura Paiquerê.

A equipe

Que grande equipe Sebastião Fernandes conseguiu formar, naquele início de Paiquerê: Lourdes de Moraes, discotecária, inteligente, esforçada. Como radioatriz, um potencial enorme que acabou por se concretizar na atriz

que ela é hoje, atuando nos palcos de São Paulo. Queiroz Neto, que havia trabalhado no rádio paulista e que era diretor artístico e responsável pelo radioteatro da Paiquerê; Evi Silva, um vozeirão, ele com quase 2 metros de altura e uma vontade imensa; Osvaldo Dias, grande voz também, jornalista capaz e que foi quem me ensinou os macetes da arte de transformar telegramas truncados de agências noticiosas em notícias vivas; e o pessoal do radioteatro: Pedro de Oliveira, que havia sido considerado "melhor rádio-ator de Londrina" no ano anterior, pela Rádio Londrina e sua irmã Nalziria de Oliveira, também ela a melhor rádio-atriz do ano precedente; e a irmã dos dois, Marilena de Oliveira (uma família brilhante); Lili Marini, Leila Maria, Lenita Maura, começando ali, formadas pelo Queiroz Neto, e com um trabalho sério; João Bosco (que hoje está na "Gazeta Esportiva"), João Fulgêncio Filho, um terceiro de quem só lembro o primeiro nome, Jamil, como sonotécnicos; para o esporte, como titular, Arceno Attas, que era também da **Folha**; e Valter Néri como comentarista. Depois veio José Maria de Brito, que começou a narrar futebol na Difusora, junto com Germano Júnior e quase que ao mesmo tempo que Francisco Natal. Alguns dos citados começando antes, outros chegando depois, mas todos formando uma grande equipe, pensando e agindo em função da Paiquerê que ia nascer, e por cujo crescimento seriam todos responsáveis.

Runy Servilha

Outra grande voz que se formou na equipe da Paiquerê, em seus primórdios — foi um dos locutores do programa inaugural — era a do Runy Servilha: Contaram-me que ele chegou à rádio um dia, mais ou menos na época em que eu entrei, querendo ser locutor. Fizemos um teste. Tinha, de fato, uma grande voz. Mas precisava aprender muito. E aprendeu. Pegava o gravador e ficava horas e horas gravando, lendo, interpretando. Hoje ele anda pelo Mato Grosso, mas durante muito tempo sua bela voz podia ser ouvida em "jingles" gravados por grandes empresas. Imitando perfeitamente Ramos Calhella, Runy foi longe com sua voz e, principalmente, sua simplicidade.

CHAMANDO ZYP-2

Montada a emissora, pronto o equipamento, faltava a autorização oficial para que a rádio entrasse no ar. Começou aquela programação experimental, com muita música. E começou também o martírio de chamar a ZYP-2 para aferição de frequência. A gente recebia um telegrama, informando que tal dia, a tantas horas, a ZYP-2 iria ficar na escuta para receber o som da rádio. Era sempre depois da meia-noite. E lá ficava alguém falando "Alô, alô, ZYP-2, Rádio Paiquerê chamando para aferição de frequência". Depois de algum tempo resolveu-se simplificar: gravava-se uma chamada e ela ficava rodando. Foram dias e dias de expectativa, até que afinal, a ZYP-2 ouviu a Paiquerê, aferiu a frequência e deu o prefixo: ZY S 57. E só então se pôde marcar o dia — 9 de fevereiro — para a inauguração oficial.

A Inauguração

Foi uma festa a inauguração. Auditório cheio, muitos programas preparados, ensaiados. A emissora tinha até um elenco musical — "Célio e seu Conjunto" — não só para a inauguração, mas para os programas de auditório dos sábados e domingos, sempre cheios, por sinal. Um dos programas falava de Paiquerê, o índio que deu nome à rádio. Outro tinha música. Lá estavam os "cobras" da emissora, Queiroz Neto comandando, Runy, Evi, Osvaldo, Lourdes de Moraes, Fulgêncio e Bosco na técnica, muita gente, muito brilho, muita alegria. Alguns errinhos, como o do Runy ao dizer errado o prefixo da rádio. Mas tudo como num sonho. Que começava.

A Maleta

No dia da inauguração, ou no seguinte haveria uma partida de futebol, no VGD. E a Paiquerê, que tinha música, radioteatro e tanta coisa, tinha também a equipe esportiva. Faltava a maleta de transmissão. Que chegou no dia da inauguração, de avião. E para buscá-la, na agência, foi o autor destas linhas. Que, aliás, teve de conseguir dinheiro emprestado para pagar a taxa. Lá fui eu. E voltei, suando e alegre, com a maleta nas costas. Minha contribuição para o esporte da rádio, o que me valeu, também, garantir o posto de plantão esportivo, onde fiquei por muito tempo. Não só no plantão, aliás. Pois havia um programa diário de esportes, na rádio. E, como não podia deixar de ser, havia um comentário do titular de esportes, Arceno Attas. Chamava-se "Linha de Fundo". E, muitas vezes, porque Arceno estava sem tempo para escrever, quem escrevia era eu. E fui aprendendo e solidi-

ficando também a amizade com o então chamado "Turco Magro" (quem o conhece, hoje, dirigindo a TV Morena de Mato Grosso, não acredita que ele foi magro).

Radioteatro

Ensaiado durante semanas antes da inauguração, o radioteatro da Paiquerê começou com a inauguração. A primeira novela levada ao ar era "Uma Janela para o Mundo", a história de uma mulher — Lourdes de Moraes — parálitica, que só tinha a janela de casa para ver as coisas que se passavam. Uma peça boa, animada, bem conduzida. Observe-se que, naqueles tempos, as coisas não eram como agora nas emissoras que fazem radioteatro. Não havia todos os recursos, muita coisa era improvisada, e o programa ia ao ar direto, sem gravações anteriores. Errava, azar, ia-se em frente. Mas a média de erros era pequena. Lembro de uma vez que eu fazia o pai da mocinha (apesar dos 19 anos, sempre fiz pai ou avô, só consegui fazer outra coisa muitos anos depois, quando escrevi meus teatrinhos. Mas isto vem depois). Tinha uma cena forte, com o namorado da mocinha, justo o Queiróz Neto. Cena difícil, com respostas rápidas. Queiróz deu a fala dele, e me deu um "Branco". Lá estava o "script", tudo certo, só que não falei nada. Entrou foi um "corte musical". E aquela bronca do Queiróz. Na segunda novela as coisas foram melhores. Era "Ódio", um dos grandes trabalhos de Talma de Oliveira. Eu era o pai, de novo, casado com Lourdes Moraes, tendo Lili Marini e Lenita Moura como filhas. Queiróz Neto saiu da rádio no meio da novela, ficando em seu lugar, como responsável pelo radioteatro, Pedro de Oliveira, já falecido. Foi, na fase inicial, talvez um dos melhores trabalhos do radioteatro da Paiquerê.

O Amor

Um episódio isolado, evidencia bem aquilo que falei sobre o amor que sentíamos pela Paiquerê. Naquele tempo, volta e meia, faltava energia elétrica. E a emissora ficava fora do ar. Num destes dias, estávamos lá o locutor, o técnico, mais alguns, sentados, no escuro, esperando a luz voltar. Voando pelas escadas, com seus quase 2 metros, veio Evi Silva preocupado, perguntando: "O que é que aconteceu com nossa menina?" A "nossa menina" era a Paiquerê, e a expressão dá bem a medida do sentimento com que se fazia emissora, então.

O Advento do Auditório

Outra atração dos primeiros tempos da Paiquerê era o auditório. Tempo sem TV, quando o programa dos domingos era ir ao cinema; o auditório da Paiquerê, com programas todos os domingos, vivia lotado. E com muitas atrações. Calouros, com grande procura, humorismo, música. Ali surgiram grandes nomes; naquele auditório se firmou o jovem Claudionor José Tronchini, que passou a usar o nome de Cláudio Faissal. Célio e seu conjunto pontificavam. Também faziam sucesso os "Canarinhos do Sertão", já citados, havia o humor escrito e apresentado por Martins Santos, e Paulo de Oliveira fazia das suas. E um concorrido programa infantil revelava talentos, tendo cantado ali, entre outros, Dalva Vernillo e Claudete Soares. Eram animados os domingos da Paiquerê.

Juca Pirama

Diariamente, às 10 horas, havia um espaço de 5 minutos para um comentário chamado "Nossos Aplausos". Era o espaço em que a emissora louvava alguém, alguma empresa, uma espécie de abono publicitário. Quem escrevia era o próprio gerente. Mas, lá pelas tantas, ele me pediu que eu fizesse um comentário. Fiz um, depois outro, e por muito tempo fiquei "aplaudindo", usando o mesmo pseudônimo que Sebastião havia adotado — Juca Pirama.

Eles também foram pais

Em julho de 57 o gerente me deu uma idéia. Ele queria criar um programa, de curta duração (apenas 9 dias), que fosse ao ar nos primeiros dias de agosto e que representasse uma homenagem aos pais. Mas o que ele queria não era só um programa de homenagem. Ele pretendia vender a idéia a uma empresa que lançava, então, a "Cadeira do Papai". E o programa deveria motivar a empresa, Móveis Cimo de Londrina, a patrocinar os 9 dias.

Bolou-se, então, a idéia — não lembro se minha ou dele — de um programa em que se louvasse grandes figuras da História, nacional ou mundial, que, além das coisas todas que haviam feito, tinham, também, sido pais. Com a coragem dos 19 anos, "meti a cara", começando a escrever a vida de D. Pedro I, que foi pai de D. Pedro II, uma personagem que sempre me atraiu. Conhecia algo, sabia de sua célebre carta a José Bonifácio, entregando-lhe o

filho quando abdicava da coroa, e parti para a empreitada. Escrevi num estilo diferente: muita narração, mais ou menos épica, e partes interpretadas, Runy Servilha incumbiu-se da narração. O elenco do rádio-teatro completou a obra. Gravamos o primeiro programa num gravador simples, sem qualquer recurso maior. Sebastião levou a gravação à Móveis Cimo. E vendeu o programa. Produzi 8, lembrome só de 2 personagens: Pedro I e José do Patrocínio. O último não foi meu. Dado o sucesso, Queiroz Neto sugeriu que o último programa da série, no domingo, Dia dos Pais, fosse a vida de Jesus, o Pai por excelência. Tive medo da obra, que acabou escrita pelo próprio Queiroz, vivida pelo nosso elenco. Coube-me um pequeno papel na representação, mas uma grande lembrança por toda a realização e, principalmente, por haver conseguido o sucesso promocional.

Willy Gonzer

Willy Gonzer veio para a Paiquerê alguns meses depois da inauguração da emissora. Arceno Attas saiu da rádio e era preciso contratar outro narrador. Não sei quem descobriu Willy, que militava em Curitiba e era considerado o melhor narrador do Paraná, disputando este título com outro "cobra" que surgia, numa grande safra de locutores esportivos paranaenses — Dácio Leonel.

Pode-se dizer, sem medo, que a Paiquerê, notadamente após o ingresso de Willy Gonzer, passou a exercer uma benéfica influência no esporte. Foi a partir daí que se tratou mais seriamente de problemas como a integração do futebol e dos demais esportes. Surgiu, em 1957, o primeiro campeonato de futebol do norte do Paraná, organizado e definido pela Federação, começo da integração. A partir daí, o "campeão do norte" passou — um ou dois anos depois — a disputar o título paranaense com o "campeão do sul". E, sem dúvida, foi este o ponto de partida para o campeonato integrado que começou alguns anos depois. Os jornalistas e radialistas que militavam no setor esportivo tiveram grande participação nisto. Willy, sendo um homem oriundo do Sul, ajudou a vencer certas barreiras que havia no norte do Estado. E a Paiquerê, com uma política aberta e de franco apoio, ajudou muito. Também nesta época aconteceu outra coisa importante: começou, em 57, a disputa dos Jogos Abertos do Paraná, idealizados por gente disposta, e com grande apoio dos órgãos de imprensa — a *Folha*, a Paiquerê e a Difusora, principalmente. Pontificavam então Willy Gonzer, Abrão Andery, Elias Harmuch. E, na Paiquerê, o apoio foi total, com a emissora transmitindo quase tudo quanto era esporte.

A VASP SAINDO DO AR...

Este negócio de transmitir quase tudo criou certos problemas, também. A Paiquerê tinha, na época, um grande e atraente musical, noturno, patrocinado pela VASP. Era um programa dos melhores. Um dia, chegou a Londrina um elemento importante da VASP. E o agente local, orgulhoso, o convidou a ouvir a Paiquerê, à noite, para tomar conhecimento do "grande programa" que a empresa patrocinava. Ligaram e ouviram uma transmissão de basquete, com o locutor intercalando o agradecimento à VASP por haver gentilmente cedido o horário para que pudessemos transmitir esta importante competição". E foi então que acabou, na Paiquerê, o musical da VASP. horário para que pudessemos transmitir esta importante competição". E foi então que acabou, na Paiquerê, o musical da VASP.

NARRANDO VÔLEI

Foi nos Jogos Abertos do Paraná que tive a primeira oportunidade de narrar uma partida de vôlei. A competição era das melhores, com várias cidades da região e a presença de Curitiba, que levou quase todos os títulos. Havia jogos todos os dias e a Paiquerê tinha poucos narradores. Toda a equipe esportiva presente à competição, e Willy me informou: "a próxima partida de vôlei você vai transmitir". Sentei no chão, à altura do meio da quadra, e transmiti. Imaginem alguém que jamais narrou nada, enfrentando o vôlei: bola para lá, bola para cá, os jogadores de frente, sem se poder ver seu número, todos desconhecidos. Um amigo meu contou que nunca viu tanto na vida como ao me ouvir na estréia como narrador de vôlei. Mas o pior veio depois, na Coluna do Rádio da FOLHA, assinada pelo "Radialino". Era a Coluna de maior interesse do pessoal do rádio. Noquele tempo o Radialino era Walmor Macarini, hoje diretor de Redação da FOLHA. E ele disse: "Stelio Feldman (o Walmor ainda não aprendeu, até hoje, a escrever meu nome certo) pode ser um bom plantão esportivo. Mas como narrador de vôlei, é uma negação". Mas isto não acabou minha carreira. O que terminou com ela,

na Paiquerê, foi uma partida de basquete, que aconteceu mais adiante.

O 1 x 1 da Paiquerê

Um dos acontecimentos mais retumbantes da primeira etapa da vida da Paiquerê acabou por ocorrer no futebol. Disputava-se, naquele 57, como já contei, o primeiro campeonato do Norte do Paraná. Transmitir jogos era uma aventura, pois a disponibilidade de linhas, era mínima. A empresa telefônica sorteava a linha disponível entre as emissoras existentes. E havia jogos por toda parte: Rolândia, Cambé, Arapongas, Mandaguari. E até para irradiar jogos de Cambé, ali pertinho, era difícil.

Normalmente, havia uma linha só. Uma emissora ficava com ela, as outras ficavam "chupando o dedo". Com mais um detalhe: a transmissão era terrível, a qualidade do som das piores. O ouvinte, para entender um jogo de Rolândia ou Arapongas, precisava grudar o ouvido no rádio e separar o som da estática. Mas, transmitir era preciso. As três emissoras brigavam. O Londrina ia jogar em outras cidades, era preciso ir junto. E, no fim do campeonato, aconteceu o pior: o Londrina iria jogar com o Mandaguari, naquela cidade. Se ganhasse o jogo, era campeão. Empate ou derrota não lhe davam o título. Feito o sorteio, a Rádio Londrina ganhou a linha. Willy Gonzer não se conformou. E resolveu "dublar". A idéia era simples: ele ficaria ouvindo o jogo, no estúdio, pela Rádio Londrina, e o retransmitiria como se estivesse em Mandaguari. Naturalmente, não diria que estava dublando. Para melhorar a coisa, a Paiquerê manteria um outro ponto de transmissão, para um jogo que se desenvolvia no VGD. E, começou o jogo.

No começo, foi tudo bem. O som da Rádio Londrina — por culpa da linha — era horrível. O da Paiquerê, era limpo. Willy, com fones nos ouvidos, ouvindo mal e retransmitindo, inventando, fazendo o possível. Junto com ele, Osni Silveira, jovem valor que foi também moldado e aprendeu muito com Willy. Daí, saiu o gol do Londrina. Um azar, para o Willy, pois foi gol "olímpico", de Armandinho, pênalti direto. Willy narrou um lindo lance Londrina 1 a 0 e terminava o primeiro tempo. Paiquerê, audiência total. Começou o 2.º tempo. Tudo ia bem até uns 30 minutos, quando saiu um pênalti contra o Londrina. E o som, que estava ruim, piorou. Willy não ouvia nada. Lá em Mandaguari, depois da confusão natural, o pênalti foi cobrado. E Willy enrolando, sem ouvir. Ouviu, de repente, uma explosão. E pensou: "É gol". E berrou: "Gol! O Mandaguari empatou". Mas não foi gol. A bola foi fora. Só alguns instantes depois é que Willy conseguiu entender. Estava 1 a 0. Mas, para a Paiquerê, estava 1 a 1. E não deu mais nada. O Londrina ganhou, foi campeão. Willy tentou corrigir, mandou o som para o VGD, voltou a falar de lá, dando o placar certo. Mas, daí, "a vaca já tinha ido para o brejo". Dizem que a delegação do Londrina, ao voltar à cidade, não teve a festa esperada por causa da confusão armada pela Paiquerê. Na terça-feira, a Coluna do Rádio da **Folha** dedicou todo o espaço ao 1x1 da Paiquerê. Mas, apesar do pouco tempo que o Willy estava aqui, a emissora tinha feito nome e era querida. Superou isto, foi em frente.

COMO ABANDONEI O RÁDIO

"Havia jogos de basquete, na quadra do Filadelfia. Fui escalado para transmitir a preliminar, entre juvenis. José Maria de Brito deveria transmitir o jogo principal. Estávamos lá, juntos, quando entrou na quadra o pessoal que ia jogar a preliminar. Dois times desconhecidos, e ninguém com número na camisa. Me assustei. Já havia melhorado muito, desde aquele volei de má memória. A Paiquerê era uma boa escola. Willy um bom professor. Mas narrar uma partida, com jogadores desconhecidos, sem número para ajudar na identificação, era dose. Pedi ao Brito que assumisse a narração e ele o fez. Terminada a preliminar, decidimos que eu narraria o primeiro tempo do jogo principal — jogadores conhecidos e camisas numeradas. Narrei. E senti que estava tão bem que pedi, no intervalo, para narrar o segundo tempo. Brito concordou. No dia seguinte, ao chegar à rádio, a novidade: Brito havia sido advertido e eu estava suspenso do microfone por um mês. Estranhei, ponderei com Sebastião Fernandes que eu até havia narrado bem, mas ele disse que não era por causa da narração em si, mas pelo princípio: nós havíamos modificado uma decisão da chefia. Enfiar a viola no saco e não aceitar a suspensão. Saí da rádio. E de Londrina.

Sempre com a Paiquerê

Fui para São Paulo, no começo de 58. Por abril ou maio, apareceram onde eu trabalhava — no aeroporto —

Willy Gonzer e Valter Néri. Eles estavam em São Paulo para transmitir, para a Paiquerê, o último jogo da Seleção Brasileira que se preparava para a Copa do Mundo de 58, na Suécia, contra o Paraguai. Valter era, naquele tempo, gerente da Paiquerê, em lugar de Sebastião, cuja saída ocorreu não sei porquê.

Convidaram-me para participar da transmissão, lá do Pacaembu, com a participação também de Flávio Toledo, que estava na Paiquerê na época. Gente nova. Topei e fui. Nem sei quantas emissoras havia. Mas eram tantas que ficamos na cabine das gerais do Pacaembu e não naquela principal, das arquibancadas, onde estavam os "cobrões" do rádio. Ali, espremidos, fizemos a transmissão: Willy narrando, eu de um lado e Flávio do outro fazendo os "locutores de campo", e Valter Néri comentando. Foi uma das grandes coberturas da Paiquerê.

O "Show" de Ademar

Durante minha ausência, revelou-se na Paiquerê um valor, Ademar de Barros, colega do Colégio Estadual, grande amigo desde antes e até agora. Apesar do nome, não era parente do então político paulista, governador e candidato a Presidente. Ademar gostava de falar, falava bem, foi trabalhar com a equipe de esportes da Paiquerê. Havia grandes coberturas, muitos postos. Num domingo, Willy o escalou para um posto, no VGD, onde haveria um "torneio-início" de futebol amador. Haveria outros postos, com jogos mais importantes. Ademar só daria resultados. Mas, dado o problema das linhas, os outros postos pifaram. E ficou Ademar só, narrando todo o torneio-início. E foi um assombro. Ele logo foi embora, mas marcou sua passagem. Hoje, Ademar de Barros é deputado estadual em São Paulo, mas lembra também com saudades da Paiquerê e do bom tempo que ali passou.

De Volta

Em maio de 1959, quase um ano e meio depois de haver saído, voltei à Paiquerê. Naquele tempo todo de ausência estive em São Paulo, mas mantendo sempre contato. Quando vinha a Londrina, ia a emissora. E foi o que aconteceu naquele mês de maio. Vim passear, estive na Paiquerê e fui convidado por Walter Néri a voltar. Como jornalista. Já então, alguns dos "cobras" dos primeiros tempos tinham saído. Willy tinha voltado a Curitiba e começado sua peregrinação, que já o levou para Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, para várias Copas do Mundo e muitas outras viagens. Quem estava no esporte era José Maria de Brito. Lourdes também tinha ido para sua carreira, em São Paulo; Runy, Queiroz, Evi, João Bosco, todos já haviam se mandado. Ficava Pedro de Oliveira, como locutor, e como responsável pelo rádio-teatro surgia um rapaz novo, chamado Dorival Gimenez; sua irmã Doraci era discotecária e também trabalhava no rádio-teatro; Nalziira de Oliveira também estava por lá. Osvaldo Dias tinha ido embora e era para o lugar dele que eu voltava. Com alegria, porque o tempo passado lá fora, tinha sido cheio de saudades. Naquele tempo, quem comandava era Walter Néri. Também me lembro de Romeu Ribeiro Leite, Pedro Lopes, que hoje é corretor da **Folha**, veio depois. Assim também como Hiram Holanda, que iria chegar pelo final de 59, para assumir a direção.

Batista Junior

Foi por esta época que surgiu uma figura incrível. Batista Junior, locutor esportivo, carioca, cheio de manhas. Não devia ter mais de um metro e 50 de altura, mas parecia ter 5 metros, tais as coisas que aprontava. Acabou por se tornar titular de esportes (Brito, ao que me lembro, tinha voltado a seu trabalho principal como desenhista, continuando como narrador). Foi naquela época que a Paiquerê conseguiu o importante patrocínio da Brahma para suas jornadas esportivas. Isto foi um feito fabuloso porque a Brahma não patrocinava equipe do interior. O fato mereceu, até, anúncio de página inteira na **Folha**, com nossas fotos em destaque (eu havia voltado a ser plantão esportivo).

Eleição de Batista

A Paiquerê continuava a ser destacada no esporte. Não só no futebol profissional, mas também no amador e nos outros esportes. Com isto, Batista Junior, se meteu até na eleição da Liga Regional de Futebol de Londrina. Foi candidato a presidente, enfrentando Flávio Toledo, que estava então na Difusora. Dois radialistas na luta por uma presidência esportiva. No dia da eleição, o incrível resultado; empate. O desempate teve de ser feito pelo critério da idade, ganhando o mais velho. Batista

ganhrou. Só muito tempo depois é que se soube que ele havia mentido a respeito da idade. O que fez na Liga, não sei...

Radioteatro

Se no esporte se conseguia o patrocínio da Brahma, no rádio-teatro a Paiquerê tinha, também, bons patrocinadores. Nalzira de Oliveira (hoje Brito), contou-me que entrou na Paiquerê precisamente como locutora da Kolynos, que patrocinava novelas. Continuou até casar, ou quase. Havia boas novelas no ar e, também, aos domingos, um "teatrinho", peças de meia hora, inteiras. Pedro de Oliveira comandava. E me deu uma grande colher-de-chá, permitindo que escrevesse alguns desses teatrinhos. Foram levados ao ar 3 ou 4 deles. Foi a única vez que consegui papel principal, com licença do Pedro. Escrevia e interpretava. Até uma comédia eu fiz, que devia ser boa, porque mesmo o pessoal do estúdio ria muito. Na comédia, aliás, consegui mais. Minha irmã, Simone, fez o principal papel feminino, de tanto que gostou da história. Foi a primeira e única incursão dela ao meio artístico.

Sinopse

Como noticiaria, criei um programa semanal, com um resumo do que havia acontecido nos últimos 7 dias. Era movimentado, incluía cortes radio-teatrais e algumas brincadeiras que, até, acabaram custando certos "puxões de orelha" do Radialino da **Folha**. Mas era um programa movimentado. Pedro Lopes, então responsável comercial pela emissora, conseguiu até um patrocinador. O programa era escrito por mim e apresentado com a participação de um camarada que não era locutor: era discotecário e técnico, mas era muito amigo meu e nós combinávamos bem. Seu nome artístico, Souza Neto; seu nome real, bem mais bonito, Wagner Luiz de Souza. No fim do ano, fiz a "Sinopse" e, no mesmo estilo, envolvendo muita gente da equipe, em fevereiro de 60, já na época do Hiram Holanda, fiz o programa comemorativo ao terceiro aniversário da Paiquerê.

Pode parecer que esteja falando muito de mim. Estou mesmo. Acontece que, nesta segunda fase na Paiquerê, de maio de 59 a julho de 60, estava mais maduro, havia aprendido muito, e gostava de trabalhar na rádio. Fazia o que aparecia, e mais se necessário. Naquele ano, houve eleições municipais. Então, fiz uma prévia. Carregava um daqueles gravadores profissionais, um monstro, por toda parte. Entrava num bar, numa loja, instalava o gravador (que era motivo a eletricidade) e saía perguntando aos passantes se eram eleitores e em quem iam votar. Andei a cidade toda, fiz prévia por telefone, fui até aos patrimônios. Quase apanhei de quem dizia que a prévia era manipulada. Não era. No final, apresentamos a vitória de Milton Meneses para prefeito. O percentual da prévia foi o das urnas. E dos 20 candidatos a vereador mais votados na prévia, 16 se elegeram.

Claro que cobrimos a apuração. Foi um dia inteiro e cheio, lá no Grêmio. Nós "em cima da urna". A última urna — a eleição já estava decidida — cobrimos voto a voto, eu e Ademar de Barros que havia vindo a Londrina para votar e, naturalmente, tinha ido ajudar a gente na cobertura.

Um Lançamento

De repente, fui também guindado à chefia dos locutores. Tinha de fazer escalas, podia contratar. Lembro-me de um dos locutores da época, Osni Silva, grande voz, bom cantor, fazendo locução à noite. Pedro de Oliveira também fazia locução, tinha programas. Contratei um locutor, Eme Borges, que depois andou por outras estações e hoje está em Rolândia. E dei oportunidade a um novo valor: Dorival Gimenez, que fazia radioteatro e queria fazer locução. Lembro que dei a ele um horário: três vezes por semana, uma hora por dia, à tarde. Ele revezava com outro jovem, Ruy Brito. Depois, Dorival foi subindo, porque era bom, chegou a ser dos grandes do radioteatro em Londrina. Hoje, parece que está em Apucarana.

Jogos Abertos do Interior

Não era à-toa que a Paiquerê — e também a Difusora, com Chico Natal, Osni Silva, Osvaldo Militão — cobria o esporte amador. Em 59 a Liga de Esportes Atlético de Londrina — LEAL, mandou delegação a Santo André, nos Jogos Abertos do Interior. Grande delegação. E eu fui, representando a Paiquerê, junto com Flávio Toledo, pela Difusora, e Osvaldo Militão pela **Folha**. Militão lembra bem desta viagem, sua primeira a São Paulo. Ali fizemos muitos boletins, usando a onda curta da Bandeirantes. Gravava jogos e mandava as fitas por avião. Conheci Fiori Gigliotti, Haroldo Fernandes (que me deu boas "dicas" para transmitir vôlei), Silvio Luiz e tantos outros "cobras".

Jubileu-

Era o ano do "Jubileu de Prata" de Londrina e fizemos muitas matérias para cobrir o acontecimento. Inclusive entrevistas com personalidades, entre as quais o Senador Abillon de Souza Naves. As mensagens foram levadas ao ar no dia 10 de dezembro. Alguns dias depois Souza Naves morreu. Não houve dúvidas: apresentamos de novo a sua mensagem, "a última palavra de Souza Naves para Londrina".

Dali Para a "Folha"

Em julho de 60, dia 23, 10 horas da manhã, saí da Paiquerê. Antes, no final de 59, ganhei um título. Não o de melhor noticiaria, mas de melhor radioator, conferido pelo Radialino, da **Folha**. Depois, aconteceram desentendimentos, coisas da fase, e acabei tendo minha saída noticiada antecipadamente pelo já tão citado Radialino. Sai mesmo. Naquele dia, às 17 horas, estava começando na **Folha**. Dois meses depois, virei eu mesmo o Radialino. E tive algumas brigas épicas com Hiram Holanda. Mas pude acompanhar ainda muita coisa na Paiquerê: o "Leilão da Fraternidade", uma criação de Roberto Toledo; o sucesso do "Coronel Matias", o amigo Carlos Silvano, cujo nome é Silvano Chimentão, e que tinha então, como tem agora, uma das vozes mais bonitas do rádio londrinense. Mas prefere usá-la para fazer seu "Coronel Matias", o que é uma escolha que não se pode discutir. Acompanhei também Jurandir Panza, Célio Alves de Lima, ambos falecidos. E tanta coisa mais. Ainda voltei à Paiquerê, fazendo alguns programas, em 61 e 62, durante a direção de Roberto Toledo, época em que lá estava, também, Haroldo Romano e tantos outros. Mas foi só uma passagem, já sem a empolgação dos tempos primeiros.

Rádio Que Marcou

A Paiquerê, no seu começo, marcou. Não só a mim, mas a muitos que viveram aquele começo. Teve outros lances. Deu até casamento entre elementos que se conheceram ali: cito o do José Maria de Brito com Nalzira de Oliveira, um casamento de mais de 20 anos. Houve outros. Houve muita coisa. Posso dizer como se fala numa série de TV: "A Rádio Paiquerê, nos seus 25 anos, teve muitas histórias. As que eu contei, são as minhas..."

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à leitura das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 23, de 1982, que altera dispositivos da Constituição Federal; e 24, de 1982, que acrescenta parágrafo ao art. 38 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 80, de 1981, que acrescenta § 5.º ao art. 62 da Constituição Federal.

— dependendo de Parecer da Comissão Mista.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Álvaro Valle, para proferir o parecer da Comissão Mista.

O SR. ÁLVARO VALLE (Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Assinada por 262 Deputados e 43 Senadores, a proposta sob nosso exame, de autoria do ilustre Deputado Paulo Lustosa, acrescentando parágrafo ao art. 62 da Constituição Federal obedece, preliminarmente, às exigências dos parágrafos do art. 43 da Lei Maior, e está redigida conforme a técnica legislativa, sem qualquer eiva de inconstitucionalidade ou injuridicidade.

Consiste a proposição no acréscimo de um parágrafo ao art. 62, nos seguintes termos:

"Art. 62.

§ 5.º No orçamento anual, 30% (trinta por cento) dos recursos atribuídos aos órgãos da administração direta e indireta da União que atuam na área social, a ser definida em lei, serão obrigatoriamente aplicados no Nordeste, devendo os demais órgãos aplicar, na mesma região, 15% (quinze por cento) dos recursos que lhes forem concedidos."

Na justificativa, depois de atribuir a defasagem do desenvolvimento do Nordeste em relação às demais regiões econômicas do País, adverte o ilustre autor:

"Em verdade, torna-se essencial a valorização econômica da Região Nordeste, mediante o fortalecimento e ampliação de suas atividades produtivas, a fim de arrancar a economia regional das amarras seculares do subdesenvolvimento."

Salientando que embora a SUDENE apresente muitos frutos positivos, "tem esbarrado na diminuição acentuada dos recursos que

lhe são atribuídos, mingando assustadoramente a sua participação no orçamento da União".

Daí preconizar-se uma atuação mais eficiente, na aplicação de recursos, de órgãos como os Ministérios do Trabalho, da Previdência Social e da Saúde, bem como das diversas autarquias de atuação nacional.

Na verdade, o Nordeste, com área superior a um e meio milhão de quilômetros quadrados, abrigando um terço da população do País, com mais de cinquenta habitantes por quilômetro quadrado, tem desafiado o Governo, desde o Segundo Reinado até hoje, com os seus graves e angustiantes problemas de desenvolvimento, este obviado pelas estiagens periódicas e por deficiências infra-estruturais bem conhecidas, principalmente no que tange à assistência sanitária, à educação em geral e a proteção à maternidade e à infância, assinalável o fato de ostentar as maiores cifras de natalidade e mortalidade infantil, minada pelo subemprego e pelo desemprego, pela subalimentação e pela fome.

Seria desnecessário alongar-se sobre os problemas daquela região crítica do País, suficientemente conhecidos de toda a Nação e que só se solucionarão mediante maior participação regional no Orçamento da União.

Assim, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 80, de 1981.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — O parecer conclui pela aprovação da proposta.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A proposta de emenda à Constituição exige **quorum** qualificado para deliberação. Sendo evidente a falta de número em plenário, deixa de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 7 minutos.)

ATA DA 91.^a SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 3-5-82

(Publicada no DCN de 4-5-82)

RETIFICAÇÃO

Na página 724, 1.^a coluna, na Ordem do Dia, na leitura da Mensagem Presidencial n.º 38, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República, pela qual submete ao Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.912/81,

Onde se lê:

MENSAGEM N.º 38, DE 1982 (CN)

Leia-se:

MENSAGEM N.º 38, de 1982 (CN)

(N.º 023/82, na origem)

CÓDIGO DE MENORES

(edição: 1982)

- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "Institui o Código de Menores"
- Índice temático
- Comparação com a legislação anterior (Decreto nº 17.943-A/27 e Leis nºs 4.655/65 e 5.258/67, alterada pela Lei nº 5.439/68)
- Anotações (textos legais; pareceres; comentários; depoimento na CPI do Menor)
- Histórico da Lei nº 6.697/79 (tramitação legislativa)

512 Páginas

Preço: Cr\$ 450,00

*À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal –
Anexo I – 22º andar – Brasília, DF (CEP: 70160) ou pelo REEMBOLSO POS-
TAL*

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00